

**EDcl nos EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.568.024 - SP  
(2014/0198793-1)**

**RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES**  
**EMBARGANTE : ANTÔNIO PORCINO SOBRINHO**  
**EMBARGANTE : JOAO HERNANDES SOARES MARTINS**  
**EMBARGANTE : JOAO PESSOA**  
**EMBARGANTE : MARCIO GIUSTI**  
**EMBARGANTE : MARIA CECILIA MURZYNOWSKI**  
**EMBARGANTE : MIRIAM ERTHMANN SAO THIAGO**  
**EMBARGANTE : OSMAR SILVEIRA FRANCO**  
**EMBARGANTE : RICARDO RIBEIRO DE MENDONÇA**  
**EMBARGANTE : SEVERINO DAMIAO PESSOA**  
**EMBARGANTE : TARCISIO FERREIRA FREIRE**  
**ADVOGADO : RENATO LAZZARINI E OUTRO(S) - SP151439**  
**EMBARGADO : UNIÃO**

**DECISÃO**

Vistos, etc.

Trata-se de embargos de declaração opostos por Antônio Porcino Sobrinho e outros contra decisão que acolheu seus aclaratórios, com efeitos modificativos, para dar provimento a seu recurso especial (e-STJ, fls. 571-572).

A parte embargante sustenta a ocorrência de omissão quanto aos honorários, requerendo sua fixação em 10% do valor da condenação.

Processo com prioridade legal (art. 12, § 2º, VII, do CPC/2015, combinado com a Meta 2/CNJ/2019 - "Identificar e julgar, até 31/12/2019, pelo menos, 99% dos processos distribuídos até 31/12/2014 e 95% dos distribuídos em 2015").

É o relatório.

Embora não tenham constado os pedidos de honorários quer no especial, quer nos primeiros aclaratórios, verifica-se a omissão quanto às parcelas, por se tratar de matéria de ordem pública.

Entretanto, é descabida a incidência do art. 85 do CPC/2015 à hipótese. A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. DIREITO INTERTEMPORAL: ART. 20 DO CPC/1973 VS. ART. 85 DO CPC/2015. DEFINIÇÃO DA LEI APLICÁVEL. MAJORAÇÃO DEVIDA.

1. Cuida-se de Embargos de Declaração contra o acórdão que não conheceu do Recurso Especial da parte embargada.

2. O Superior Tribunal de Justiça tem farta jurisprudência no sentido de que são indiferentes a data do ajuizamento da ação e a do julgamento dos recursos correspondentes, pois a lei aplicável para a fixação inicial da verba

# *Superior Tribunal de Justiça*

honorária é aquela vigente na data da sentença/acórdão que a impõe. Precedentes: REsp 542.056/SP, Primeira Turma, Rel. Min. Luiz Fux, DJe 22.3.2004; REsp 816.84S/RJ, Primeira Turma, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJe 13.3.2009; REsp 981.196/BA, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe de 2.12.2008; AgRg no REsp 910.710/BA, Segunda Turma, Rel. Min. Castro Meira, DJe 28.11.2008; AgInt nos EDcl no REsp 1.357.561/MG, Terceira Turma, Rel. Min. Marco Aurélio Bellizze, DJe 19.4.2017; REsp 1.465.535/SP, Quarta Turma, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, DJe 9.8.2016.

3. A essa jurisprudência há que se adicionar o entendimento do STJ em relação à vigência do novo Código de Processo Civil (CPC/2015), que estabeleceu como novidade os honorários sucumbenciais recursais. Sendo assim, para os recursos interpostos de decisões/acórdãos publicados já na vigência do CPC/2015 (em 18.03.2016) é cabível a fixação de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, §11, do CPC/2015: Enunciado Administrativo 7/STJ "Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, §11, do NCPC".

4. Dessa forma, são possíveis, em princípio, quatro situações: a) o processo que tenha sentença, decisão em segundo grau e decisão em instância especial todos na vigência do CPC/1973: a.1) aplica-se integralmente o regime previsto no art. 20. do CPC/1973 para todo o processo, não havendo que se falar em honorários sucumbenciais recursais; b) o processo que tenha sentença e decisão em segundo grau na vigência do CPC/1973 e decisão em instância especial na vigência do CPC/2015; b.1) aplica-se o regime previsto no art. 20.

do CPC/1973 para a fixação dos honorários na sentença; b.2) não há honorários sucumbenciais recursais no julgamento do recurso da sentença (v.g. no julgamento da Apelação ou do Agravo); b.3) não há honorários sucumbenciais recursais no julgamento do recurso da decisão de segundo grau (v.g. no julgamento do Recurso Especial); c) que o processo tenha sentença na vigência do CPC/1973 e acórdão em segundo grau e acórdão em instância especial na vigência do CPC/2015: c.1) aplica-se o regime previsto no art. 20 do CPC/1973 para a fixação dos honorários na sentença, c.2) não há honorários sucumbenciais recursais no julgamento do recurso da sentença (v.g. no julgamento da Apelação ou do Agravo), c.3) há honorários sucumbenciais recursais no julgamento do recurso da decisão de segundo grau (v.g. no julgamento do Recurso Especial); d) que o processo tenha sentença, acórdão em segundo grau e acórdão em instância especial na vigência do CPC/2015: d.1) aplica-se o regime previsto no art. 85. do CPC/2015 para a fixação dos honorários na sentença, d.2) há honorários sucumbenciais recursais no julgamento do recurso da sentença (v.g. no julgamento da Apelação ou do Agravo), d.3) há honorários sucumbenciais recursais no julgamento do recurso da decisão de segundo grau (v.g. no julgamento do Recurso Especial). Dito de outra forma, ocorre a aplicação integral do CPC/2015.

5. No caso concreto, a sentença e o acórdão que julgou a Apelação foram publicados na vigência do CPC/2015, o que torna possível a fixação de

# *Superior Tribunal de Justiça*

honorários sucumbenciais recursais no julgamento do recurso da decisão de segundo grau (julgamento do presente Recurso Especial).

6. Com efeito, os Aclaratórios merecem ser acolhidos, na medida em que não houve manifestação na decisão acerca da fixação dos honorários recursais previstos no art. 85, §11, do CPC/2015.

7. Consubstanciado o que previsto no Enunciado Administrativo 7/STJ, condena-se a embargada ao pagamento de honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor total da verba sucumbencial fixada nas instâncias ordinárias, com base no § 11 do art. 85 do CPC/2015.

8. Saliente-se que os §§ 3º e 11 do art. 85 do CPC/2015 estabelecem teto de pagamento de honorários advocatícios quando a Fazenda Pública for parte, o que deve ser observado quando a verba sucumbencial é acrescida na fase recursal, como no presente caso.

9. Embargos de Declaração acolhidos.

(EDcl no REsp 1796456/DF, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/08/2019, DJe 10/09/2019)

Assim, é o caso de se restabelecer a sentença, que fixou os honorários em 5% do valor da causa (e-STJ, fl. 231).

Ante o exposto, acolho os embargos de declaração, para restabelecer a sentença no tocante aos honorários advocatícios.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes  
Relator